CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA INDÚSTRIA
INFORMATIVO SINDICAL
www.cnti.org.br — MATÉRIAS VEICULADAS NA INTERNET
Filiada à NCST NOVA CENTRAL
Brasília-DF, 05 de novembro de 2026

País gerou 1.248 mil empregos formais até setembro de 2026



Foto: Darkyson/MTE

Dados do Novo Caged divulgados pelo MTE apontam a geração de 121.305 postos de trabalho formais no mês. Já o acumulado, desde janeiro de 2023, é de 5.653.169 postos de trabalho.

De acordo com os dados do Novo Caged de setembro, divulgados nesta quarta-feira (04) pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o mercado formal de trabalho brasileiro gerou 121.305 postos de trabalho formais, resultante de 2.214.437 admissões e 2.093.132 desligamentos no mês. Com esse resultado, o estoque de empregos alcançou 48.359.577 vínculos formais de trabalho. No ano, janeiro a setembro, foram 1.248.914 novos postos de trabalho, um aumento de +2,65%. Já o acumulado, desde janeiro de 2023, é de 5.653.169 postos de trabalho.

Em setembro, quatro dos cinco grandes grupamentos de atividades econômicas registraram saldos positivos, com destaque para o setor de Serviços (+81.241), seguido da Indústria (+19.285), Comércio (+15.697) e Construção (+9.468). Somente o setor da Agropecuária registrou um saldo negativo de -4.381.

Foram registrados saldos positivos em 26 estados, com destaque, em valores absolutos, para São Paulo (+19.391), Pernambuco (+13.371) e Alagoas (+11.110), e, em termos relativos, Alagoas (+2,47%), Amapá (+1,35%) e Roraima (+1,23%).

Dos postos de trabalho gerados, 78,1% são vínculos típicos (+94.729) e 21,9% a vínculos não típicos (+26.576), majoritariamente trabalhadores com jornada igual ou inferior a 30 horas (+17.773) e temporários (+8.359).

Salários
O salário médio real de admissão em Setembro foi de R$ 2.429,41, uma redução de R$ 1,10 (-0,05%) em relação a agosto, que foi de R$ 2.430,51. Na comparação com Setembro/2025 (R$ 2.384,50), o salário médio real de admissão aumentou R$ 44,90 (+1,88%).

Matéria completa: https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2026/novembro/pais-gerou-1-248-mil-empregos-formais-ate-setembro-de-2026

Fonte: MTE

Sônia Zerino cumpre agenda com Luiz Marinho, Geraldo Alckmin e Teresa Leitão nesta quarta-feira (4)



A presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), Sônia Zerino, cumpriu nesta quarta-feira (4) uma intensa agenda de reuniões em Brasília, com foco na regulamentação do fim da escala 6x1 e na defesa dos interesses da classe trabalhadora. Os encontros envolveram representantes do governo federal e de outras centrais sindicais.

Pela manhã, Sônia esteve reunida com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, ao lado de outros presidentes de centrais, para tratar da regulamentação do fim da escala 6x1, uma das principais conquistas recentes do movimento sindical brasileiro. A presidente da NCST também esteve acompanhada pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI) e vice-presidente da Nova Central, José Reginaldo Inácio, e pelo assessor jurídico da entidade, Dr. Cristiano Meira. O encontro ocorreu em meio à expectativa de publicação do decreto regulamentador na próxima segunda-feira (9), conforme anunciado pelo ministro. Antes disso, o texto deverá ser discutido com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião prevista para esta quinta-feira (5).

A regulamentação deverá estabelecer diretrizes para a transição às novas jornadas de trabalho, garantindo

pelo menos oito folgas mensais, sem redução salarial. O decreto também deverá orientar a organização das escalas nos diferentes setores da economia, respeitando as particularidades de cada atividade profissional.

Segundo o ministro, as convenções e os acordos coletivos terão papel fundamental nesse processo, permitindo que sindicatos e empregadores negociem a distribuição das folgas, desde que sejam respeitados os direitos assegurados pela emenda constitucional.



Na sequência da agenda, Sônia participou de uma reunião com o vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, ao lado de dirigentes de outras centrais sindicais. O encontro teve como pauta a defesa dos interesses da classe trabalhadora e questões relacionadas à regulamentação do fim da escala 6x1.



No período da tarde, as articulações tiveram continuidade no gabinete da senadora Teresa Leitão (PT-PE), líder do governo no Senado, onde a presidente da NCST e demais representantes sindicais voltaram a discutir a implementação da nova jornada.

A agenda ocorre no cenário pós-eleitoral, em um momento decisivo para a consolidação das mudanças na legislação trabalhista. Além da redução da jornada, o movimento sindical acompanha as medidas necessárias para assegurar que a reorganização das escalas não resulte em perdas de direitos ou prejuízos aos trabalhadores.



Com a publicação do decreto prevista para os próximos dias, a atuação das centrais sindicais ganha ainda mais importância. Para a NCST, o desafio agora é acompanhar de perto a regulamentação e garantir que a redução do tempo de trabalho se traduza em mais descanso, melhores condições de vida e respeito aos direitos da classe trabalhadora.

Fonte: NCST

Para analista do Diap, bolsonarismo deve ser isolado



O jornalista Marcos Verlaine é consultor do Diap. Nesse artigo, ele avalia "a vitória histórica de Lula e da mobilização popular" como fundamentais para a construção de uma nova maioria política, capaz de isolar o bolsonarismo, principalmente no Congresso Nacional.

Ele também alerta para que as mobilizações de rua sejam transformadas em força política aliada do Lula 4. Marcos Verlaine chama atenção para a necessidade do campo democrático ser mais efetivo nas redes sociais.

Verlaine também é escritor, palestrante e consultor de entidades de classe de trabalhadores.

O texto:
"A vitória estupenda e histórica de Lula (PT), conquistada de virada, não pode ser tratada apenas como vitória meramente eleitoral. É oportunidade política ímpar para reorganizar o campo democrático e popular, ampliar a influência na sociedade e impor derrota duradoura ao bolsonarismo, o fascismo brasileiro.

O desafio é transformar a força demonstrada nas urnas, ruas e nas redes em nova correlação de forças no País.

A fuga de Flávio Bolsonaro (PL), para os EUA, em meio às turbulências políticas que cercam ele e a família, contrasta com a mobilização de milhões de brasileiros que foram às ruas, ocuparam as redes e se empenharam para impedir a vitória do extremismo de direita.

A imagem do senador deixando o País, como um fugitivo, expõe a distância entre a disposição de luta de seus adversários e a postura da família dele que fez da confrontação permanente marca política. A fuga na calada da noite, por si só, não prova qualquer irregularidade, mas o contraste político é evidente e incontornável.

O resultado eleitoral mostra que o bolsonarismo não é invencível. Ao contrário. Tampouco representa a maioria da sociedade brasileira. Embora conserve base social e eleitoral aguerrida, capacidade de mobilização e influência em setores religiosos, empresariais e das forças de segurança, o movimento está longe de expressar o conjunto do País.

A perspectiva de circunscrever sua influência ao núcleo de 15% a 20% do eleitorado – que é o que originalmente representam – é objetivo político possível, como comprovado nesta eleição. Para alcançá-lo, será necessário disputar os milhões de brasileiros que não se identificam com a extrema direita, mas também não aderem automaticamente ao campo progressista, em particular, o de esquerda.

O caminho das ruas

As mobilizações em defesa da democracia foram decisivas para dar dimensão política à disputa. Não se tratou apenas de pedir votos para Lula, mas de defender direitos, soberania nacional, liberdade e respeito à vontade popular.

Trabalhadores, sindicalistas, estudantes, artistas, intelectuais e militantes de diferentes gerações compreenderam que a eleição ultrapassava a escolha de governo: estava em jogo a democracia conquistada após décadas de luta. Não cabem mais retrocessos.

Essa energia não pode desaparecer com o encerramento das urnas. É preciso mantê-la viva por meio de organizações populares, sindicatos, movimentos sociais, entidades estudantis e frentes democráticas. A mobilização episódica, concentrada no calendário eleitoral, não basta para enfrentar essa corrente política que atua permanentemente nas instituições, nas igrejas, nos meios empresariais e nas plataformas digitais.

A nova conformação política deve reunir as forças que sustentaram a reeleição de Lula e atrair setores que, embora não sejam de esquerda, rejeitam o autoritarismo, a intolerância e as ameaças às instituições. O isolamento do bolsonarismo não será obtido pela simples repetição de palavras de ordem, mas pela construção de maioria social em torno de objetivos concretos.

Esquerda precisa disputar as redes

Outro aprendizado fundamental é a necessidade de ocupar as redes digitais com organização, criatividade e continuidade. Durante muito tempo, a extrema direita tratou esses espaços como território próprio, disseminando desinformação, explorando ressentimentos e convertendo pautas reacionárias e tresloucadas em instrumentos de mobilização política.

A reação democrática mostrou que esse domínio pode ser enfrentado. Militantes, comunicadores, influenciadores, artistas, intelectuais e eleitores comuns demonstraram capacidade de produzir conteúdo, rebater mentiras e mobilizar públicos que nem sempre são alcançados pelos meios tradicionais da política.

Mas não basta aparecer nas redes durante a campanha. É necessário construir presença permanente, com linguagem acessível, informação confiável, capacidade de resposta rápida e diálogo com os problemas cotidianos da população. Emprego, salário, moradia, saúde, educação, segurança e custo de vida precisam estar no centro dessa comunicação.

A esquerda também deve abandonar a ilusão de que a correção de suas propostas garante, por si só, apoio popular. A disputa política exige compreender sentimentos, valores, hábitos culturais e novas formas de sociabilidade. Quem não dialoga com a sociedade deixa espaço para que a extrema direita transforme insegurança e frustração em ressentimento contra a democracia e a política.

Isolar politicamente, sem abandonar a disputa social

O bolsonarismo deve ser enfrentado com firmeza política, sem concessões ao golpismo e sem normalização das práticas autoritárias desse perigoso segmento da política brasileira. O bolsonarismo é o fascismo de verde e amarelo. E como tal deve ser combatido com vigor e energia.

Isso não significa restringir direitos ou perseguir adversários. Significa estabelecer fronteira democrática nítida, responsabilizar quem comete crimes, combater a desinformação e impedir que ameaças às instituições sejam tratadas como opiniões políticas ordinárias.

Também exige enfrentar as condições sociais que alimentam a extrema direita. A precarização do

trabalho, a insegurança econômica, a desigualdade e a sensação de abandono não serão superadas apenas com denúncias contra Bolsonaro e os aliados dele.

O governo Lula precisa entregar resultados concretos, ampliar direitos, melhorar a renda e demonstrar, na vida cotidiana, que a democracia é capaz de produzir mudanças.

A direita radical prospera quando consegue apresentar os problemas reais da população como prova de que a política democrática fracassou. Por isso, a resposta não pode ser apenas discursiva. É preciso combinar desenvolvimento, distribuição de renda, serviços públicos de qualidade e participação popular.

Há, ainda, obstáculo importante: a composição do Congresso Nacional e a força de setores reacionários nas instituições. A vitória presidencial não elimina essa correlação de forças desfavoráveis. Será necessário construir alianças sem diluir o programa democrático e social, mobilizar a sociedade para sustentar as mudanças e impedir que os interesses de minorias econômicas se imponham sobre a maioria trabalhadora.

Vitória precisa virar força organizada

A reeleição de Lula abriu janela política excepcional. As ruas demonstraram a capacidade de mobilização, as redes revelaram novas possibilidades de organização e as urnas impuseram derrota ao projeto extremista/fascista. Desperdiçar essa combinação seria erro histórico.

O objetivo não é apenas derrotar eleitoralmente o bolsonarismo a cada 4 anos. É reduzir sua capacidade de pautar o debate público, desarticular sua influência social e impedir que volte a se apresentar como alternativa majoritária de poder. Isso requer ação política permanente, unidade democrática, compromisso com os trabalhadores e disposição para disputar corações e mentes.

O bolsonarismo não será reduzido à corrente minoritária por decreto, nem pela hostilidade aos eleitores que ainda o apoiam. Será necessário conquistar parte deles, neutralizar a influência dos setores mais radicalizados e demonstrar que existe, concretamente, caminho melhor para o País.

A vitória de Lula deve ser o ponto de partida, não a linha de chegada. Se a mobilização popular se transformar em organização duradoura, presença ativa nas redes, conquistas sociais e defesa intransigente da democracia e do Estado de Direito, será possível construir maioria capaz de isolar o extremismo de direita.

O Brasil que derrotou o bolsonarismo nas urnas precisa agora impedir que esse continue sequestrando o debate nacional e ameaçando o futuro democrático do País.

Mais – www.diap.org.br

Fonte: Agência Sindical

CNC aciona STF para adiar fim da escala 6×1

Confederação pede que primeira etapa da transição gradual para a nova escala de trabalho seja adiada para o ano que vem



A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para adiar o início da transição para a nova jornada de trabalho após o fim da escala 6×1.

A emenda constitucional promulgada em outubro reduz a carga horária de 44 para 40 horas semanais sem corte de salário.

A implementação, porém, será gradual. A primeira etapa da transição começa 60 dias após a promulgação, em 16 de dezembro deste ano, quando a jornada máxima semanal cai de 44 para 42 horas e o trabalhador passa a ter garantidos dois dias de descanso remunerado. Doze meses depois, a jornada de trabalho passa a ser limitada a 40 horas semanais.

A CNC pede que a primeira etapa da transição passe para o próximo ano, em 16 de outubro de 2027.

Já a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, defende a entidade, deveria passar a ser implementada a partir de outubro de 2028.

Para a CNC, o prazo de 60 dias é muito curto para a adaptação das empresas, que podem precisar contratar novos trabalhadores, reestruturar turnos e renegociar convenções coletivas, já que os acordos em vigor perdem eficácia a partir da implementação da nova escala.

Fonte: Estadão Conteúdo